



A HISTÓRIA DA DEFICIÊNCIA SOB A PERSPECTIVA DA GENEALOGIA EM MICHEL FOUCAULT

THE HISTORY OF DISABILITY FROM THE PERSPECTIVE OF GENEALOGY IN
MICHEL FOUCAULT

LA HISTORIA DE LA DISCAPACIDAD DESDE LA PERSPECTIVA DE LA
GENEALOGÍA EN MICHEL FOUCAULT

Ana Silvia Marcatto Begalli¹

DOI: 10.54899/dcs.v22i80.2658

Recibido: 10/02/2025 | Aceptado: 20/02/2025 | Publicación en línea: 07/05/2025.

RESUMO

Esse artigo se apresenta com o objetivo principal de investigar a história da deficiência sob a perspectiva da genealogia em Michel Foucault. Através desse método de análise, é possível captar os discursos e os saberes neles embutidos que, ao longo da história, desencadearam a situação de exclusão da pessoa com deficiência, além de identificar as resistências que viabilizaram o surgimento de novos conhecimentos e narrativas acerca da temática. O tema se mostra relevante, uma vez que, qualquer forma de desigualdade social gera inúmeros prejuízos econômicos e sociais para o Estado. A metodologia usada nesse trabalho é a pesquisa teórica, realizada através de pesquisa bibliográfica que envolva o tema investigado. Assim, esse artigo se divide em três partes: percorrer o caminho da arqueologia à genealogia em Foucault, para a compreensão de ambos os métodos; traçar uma linha histórica para entender os principais discursos e práticas de discriminação que permearam a deficiência ao longo dos tempos (em especial na Antiguidade e Idade Média) e por fim, analisar a questão da construção da subjetividade da pessoa com deficiência através dos enfrentamentos que permitiram introduzir na sociedade um novo entendimento sobre a matéria e a guinada rumo à inclusão.

Palavras-chave: Deficiência. Genealogia. Inclusão. Foucault.

ABSTRACT

This article aims to investigate the history of disability from the perspective of genealogy in Michel Foucault. Through this method of analysis, it is possible to capture the discourses and knowledge embedded in them that, throughout history, have led to the exclusion of people with disabilities, in addition to identifying the resistance that has enabled the emergence of new knowledge and narratives about the subject. The topic is relevant, since any form of social inequality generates countless economic and social losses for the State. The methodology used in this work is theoretical research, carried out through bibliographical research that involves the investigated topic. Thus, this article is divided into three parts: to follow the path from archeology

¹ Doutora em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba, São Paulo, São Paulo. E-mail: asbegalli@hotmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8867-3317>

to genealogy in Foucault, to understand both methods; to trace a historical line to understand the main discourses and practices of discrimination that permeated disability over time (especially in Antiquity and the Middle Ages) and finally, to analyze the issue of the construction of the subjectivity of people with disabilities through the confrontations that allowed the introduction of a new understanding of the matter and the shift towards inclusion in society.

Keywords: Disability. Genealogy. Inclusion. Foucault.

RESUMEN

Este artículo se presenta con el objetivo principal de investigar la historia de la discapacidad desde la perspectiva de la genealogía en Michel Foucault. A través de este método de análisis, es posible captar los discursos y conocimientos incrustados en ellos que, a lo largo de la historia, han desencadenado la situación de exclusión de las personas con discapacidad, además de identificar las resistencias que posibilitaron el surgimiento de nuevos conocimientos y narrativas sobre el tema. El tema es relevante, ya que cualquier forma de desigualdad social genera innumerables pérdidas económicas y sociales para el Estado. La metodología utilizada en este trabajo es la investigación teórica, realizada a través de investigación bibliográfica involucrando la temática investigada. Así, este artículo se divide en tres partes: seguir el recorrido de la arqueología a la genealogía en Foucault, para comprender ambos métodos; trazar una línea histórica para comprender los principales discursos y prácticas de discriminación que permearon la discapacidad a lo largo del tiempo (especialmente en la Antigüedad y la Edad Media) y finalmente, analizar la cuestión de la construcción de la subjetividad de las personas con discapacidad a través de las confrontaciones que permitieron la introducción de una nueva comprensión del asunto y el giro hacia la inclusión en la sociedad.

Palabras clave: Deficiencia. Genealogía. Inclusión. Foucault.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

Em 2024, A Organização das Nações Unidas (ONU) publicou o *Disability and Development Report*, um documento que trouxe estatísticas sobre as pessoas com deficiência em nível mundial. Os números mostram que as pessoas com deficiência seguem em desvantagem em relação às pessoas sem deficiência no que tange à segurança alimentar, acesso à energia, emprego e saúde. Em quase todos os países, a porcentagem de pessoas que sofrem de pobreza multidimensional é maior entre as pessoas com deficiência do que para pessoas sem deficiência, e em alguns países, essa porcentagem é mais que o dobro (ONU, 2024). No Brasil, a situação não se mostra diferente. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE, 2022) existem no país cerca de 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais com algum tipo de deficiência. A taxa de analfabetismo para as pessoas com deficiência é de 19,5%, enquanto que o índice cai para 4,1% entre as pessoas sem deficiência (IBGE, 2022). Não sem motivo, o nível de ocupação das pessoas com deficiência é de 26,6%, menos da metade do percentual encontrado para as pessoas sem deficiência (60,7%) (IBGE, 2022).

Diante desse quadro, nota-se que a pessoa com deficiência se encontra em um contexto de vulnerabilidade social. Esse trabalho se apresenta com o objetivo principal de investigar a história da deficiência sob a perspectiva da genealogia em Michel Foucault. Através desse método de análise, é possível identificar e compreender os discursos e os saberes neles embutidos que, ao longo da história, desencadearam a situação de exclusão da pessoa com deficiência. Além disso, a genealogia nos permite captar também as resistências aos padrões preestabelecidos que viabilizaram o surgimento de novos conhecimentos e narrativas acerca da temática. O tema se mostra relevante, uma vez que, qualquer forma de desigualdade social gera inúmeros prejuízos econômicos e sociais para o Estado. Por isso, entender as raízes das práticas de exclusão que se embrenharam na sociedade é um passo essencial para se projetar um futuro mais inclusivo. A metodologia usada nesse trabalho é a pesquisa teórica, realizada através de pesquisa bibliográfica que envolva o tema investigado.

REFERENCIAL TEÓRICO

Da Arqueologia à Genealogia em Michel Foucault

No fim da década de 1960, em sua obra *A Arqueologia do Saber*, Foucault (2012, p. 163) lecionou que esse método “busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos”. O discurso é, portanto, um conceito-chave para a compreensão da arqueologia. Ele é “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo, espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, uma linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, 2012, p. 43). O enunciado são as partes que formam o discurso.

De acordo com Fisher (2001, p. 202), para se assimilar um enunciado é preciso “apreendê-lo como acontecimento, como algo que irrompe num certo tempo, num certo lugar”. É importante

frisar que os discursos não dizem respeito exclusivamente à linguagem ou ao idioma, pois, para Foucault (2012, p. 56), “o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever”. Assim, os discursos, ao longo da história, penetraram na sociedade, se misturaram às relações e se tornaram práticas sociais. Eles foram responsáveis por produzir muitos padrões, consensos e comportamentos. E esse é o “mais” mencionado por Foucault: os discursos não podem ser limitados à fala, pois eles resultam em fatos e referências que influenciam toda uma época, um tempo, um lugar e uma cultura em geral.

Os discursos trazem também em seu bojo o saber sobre o qual também se debruça a arqueologia. Nessa perspectiva, os saberes “são a base a partir da qual se constroem proposições coerentes (ou não), se desenvolvem descrições mais ou menos exatas, se efetuam verificações, se desdobram teorias” (Foucault, 2012, p. 219). Percebe-se, assim, que o saber nem sempre possui comprovação científica e nem sempre está embasado na racionalidade, mas ele possui permeabilidade e aceitação no arranjo social, por isso, torna-se o fio condutor que orienta os costumes. A arqueologia busca investigar esses discursos a partir de um processo histórico datado, contínuo e linear. Por isso é importante salientar que Foucault

[...] não faz história das ideias, nem história das ciências, e sim a análise da possibilidade da ordem, da positividade histórica, a partir da qual um saber pode se constituir, a partir do qual teorias e conhecimentos, reflexões e ideias são possíveis. É nesse espaço de ordem que o saber se constitui (Araújo, 2007, p. 90).

Já na década de 1970, Foucault avançou sobre um novo método, a genealogia. Através da genealogia, ele passou a relacionar o saber com o poder. Para Foucault (2009, p. 30), “poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem a constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”. A arqueologia descreve os discursos (com os saberes neles incutidos), que se formaram em determinados tempos e lugares. Ao relacionar o saber com o poder, a genealogia passou a investigar as resistências e os conflitos que resultam das relações de poder e que estão sempre embasadas em um saber. A arqueologia estava mais focada no saber e a genealogia no poder.

Nas relações de poder sempre há uma contraposição. E os saberes foram, ao longo da história, utilizados como forma de poder e de controle social. Destaca-se que, na perspectiva foucaultiana, o poder não é exercido de forma exclusivamente vertical, ao manifestar-se apenas de cima para baixo. Também não pertence somente ao Estado e tampouco está centralizado em

um único órgão ou instituição. O poder se dilui por toda a sociedade, é absorvido por ela e exercido nas mais variadas relações sociais, formando, assim, uma teia da qual todos fazemos parte. O poder se revela na família, nas escolas, nas empresas, nos hospitais etc., e sempre se estabelece alicerçado em um saber. Ambos possuem uma relação umbilical e recíproca. O saber estabelece o poder, o poder se lastreia em um saber, e as relações de poder se constituem através de confrontos, pois sempre haverá reações ao mesmo. Mas é a resistência a um poder estabelecido que propicia o surgimento de outros saberes, e através desses novos conhecimentos, é possível instaurar a adesão a novos comportamentos que irão se incorporar na organização social.

Foucault (2005b, p. 179) sustenta que “em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social”. Para debater o tema, propõe-se utilizar do exemplo da Psiquiatria, que também foi objeto de estudo do filósofo. Durante muito tempo, o “discurso que pautou essa ciência não tinha como foco a reabilitação ou a melhora da qualidade de vida dos pacientes. Seu objetivo era promover uma espécie de limpeza social” (Begalli & Silveira, 2020, p. 18). A esse respeito, apontou Foucault (2001) que a Psiquiatria, antes de ser uma especialidade da medicina, foi um ramo da higiene pública que visou, acima de tudo, proteger o corpo social de qualquer coisa que pudesse ser perigosa a ele.

No Brasil, o Hospício Nacional Pedro II, inaugurado em 1852 e considerado a primeira instituição psiquiátrica do Brasil, se notabilizou pela segregação dos pacientes e pela exclusão social (Begalli & Silveira, p. 2020). O Hospital Colônia de Barbacena, inaugurado no ano de 1903 na cidade mineira de mesmo nome, e desativado no início da década de 1980, pode ser comparado a um verdadeiro campo de concentração nazista, vez que cerca de 60 mil pessoas morreram em suas dependências (Arbex, 2013, p. 65). Também Engel (2001, p. 331), ao tratar dos primeiros passos da psiquiatria no Brasil, diz “que a mesma procurava legitimar a reclusão de indivíduos que manifestassem os mais diversos comportamentos considerados moral e/ou socialmente perigosos”.

Num dado momento da história da Psiquiatria, os discursos se direcionaram para a produção de saberes que produziram poder e formas de coerção abusiva em relação aos pacientes. Foram ainda determinantes para processos de segregação e seleção, uma vez que os saberes não são neutros. Mas, diante das reações que surgiram em meio a essas relações de poder, outros discursos e saberes foram suscitados. Exemplo simbólico é o da médica alagoana Nise da Silveira (1905-1999). Em 1946, ela começou a trabalhar na Seção de Terapêutica Ocupacional do Centro

Psiquiátrico Nacional Pedro II, no Rio de Janeiro. Opondo-se aos métodos agressivos de tratamento e ao isolamento dos pacientes, Nise montou um ateliê de pintura e modelagem, que deu aos internos a possibilidade de fazer uma terapia ocupacional através da arte (Begalli & Silveira, 2020).

A genealogia refuta também que os sujeitos e objetos sejam predeterminados e definidos metafisicamente. Por detrás dos fatos e das coisas elas são, Foucault (2005a, 17-18) menciona que “há ‘algo inteiramente diferente’: não seu segredo sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas”. Como se formou a situação de isolamento dos pacientes psiquiátricos? Ela foi consequência de uma sucessão de acontecimentos que levou a essa condição. A genealogia não aceita que haja um cerne absoluto nas coisas

Por isso, para Foucault, “a tarefa do genealogista é destruir a primazia das origens, das verdades imutáveis” (Dreyfus & Rabinow, 1995, p. 121). O método genealógico, além de promover o rompimento da crença de que as coisas são como são porque tal encontra-se em sua essência, também contribui, no caso específico das demandas de exclusão social, para o entendimento dos motivos que ocasionaram tal condição. Esses são os acidentes e as falhas que a genealogia busca apurar. Esse método concentra-se no devir, em estudar como algo se transformou e se tornou naquilo que é. E a compreensão dessas mutações é de primordial importância quando se planeja convergir em sentido contrário, *in casu*, da exclusão para a inclusão.

História da Deficiência: Entre Descaminhos e Acidentes

Certamente a deficiência é tão antiga quanto a própria humanidade. O início dessa caminhada não está relacionado a uma intenção deliberada dos membros de sociedades mais remotas em discriminar pessoas com deficiência, mas como uma eliminação que atuou como um desdobramento da seleção natural. Dessa forma, sociedades que eram nômades, ou que tinham nas lutas uma condição de sobrevivência, encontravam na plena habilidade e na capacidade física um fator obrigatório para a sobrevivência, evolução e perpetuação de seus povos (Pacheco & Alves, 2007) . Dessa maneira, pessoas com deficiência não eram naturalmente capazes de acompanhar essas atividades essenciais, e acabavam perecendo ou ficando para trás.

A marginalização primária, própria das mais arcaicas sociedades, principalmente tribos, não era propriamente uma escolha, mas uma inadequação natural gerada entre aquilo que se compreendia como vida possível, e o alcance e abrangência das capacidades e a dimensão das limitações das pessoas com deficiência. Há que se lembrar que, na Pré-História, a vida não era fácil: as atividades predominantes para sobrevivência se concentravam na caça e na pesca e as pessoas precisavam fabricar instrumentos a partir da pedra lascada. As tribos não permaneciam muito tempo no mesmo local e costumavam se abrigar em cavernas. Então, diante dessa conjuntura, não é difícil supor que as pessoas com deficiência tinham enorme dificuldade em sobreviver, em virtude das adversidades.

Mas as dificuldades do convívio em sociedade das pessoas com deficiência não se restringiram à Pré-História. Muitos povos da Antiguidade dedicaram atitudes de menosprezo à essa população, excluindo-a e isolando-a. O Antigo Testamento, considerado a primeira parte da Bíblia Sagrada, narra os eventos ocorridos antes do nascimento de Jesus Cristo. Em suas escrituras, há uma passagem emblemática, onde fica determinada a proibição de uma pessoa com deficiência de se encaminhar ao altar e oferecer o pão a Deus. Na prática, a pessoa estaria vedada de exercer a sua religiosidade.

Na Grécia Antiga, que cultuava valores como o corpo atlético, a deficiência era vista como o oposto do correto, do desejado, do valorizado e estimado. Isso fazia com que a sociedade encarasse com naturalidade o abandono de recém-nascidos e crianças com deficiência, inclusive pelos pais, com a intenção de que morressem (Pacheco & Alves, 2007), sem que tal ato fosse condenado moral ou eticamente, dentro do conjunto axiomático daquela sociedade. Silva (1987) conta que a lei em Esparta determinava que os pais do recém-nascido eram obrigados a levá-lo para uma espécie de comissão oficial formada por anciãos, que deveriam examinar a criança. Se eles a considerassem possuidora de alguma deficiência ou fora dos padrões desejados, seria ela sacrificada. Do contrário, ficaria com seus pais até os 7 anos e depois seria entregue ao Estado.

Ainda na Grécia Antiga, Platão (2001, p. 155), em *A República*, recomendava que “qualquer dos outros que seja disforme, escondê-los-ão num lugar interdito e oculto, como convém”. Aristóteles (2002, p. 50) tinha a mesma linha de pensamento, eis que se posicionou pela necessidade de “existir uma lei que proíba nutrir toda criança disforme”. As práticas de discriminação são confirmadas também pela mitologia grega, por meio da história de Hefesto, o deus dos ferreiros. De acordo com uma versão trazida pela *Ilíada*, de Homero (1998), Hefesto era filho de Zeus e de Hera. Ao nascer com uma das pernas atrofiadas, Hera, inconformada com

a deficiência do filho, o expulsou do Olimpo. No entanto, é importante ressaltar que a Grécia Antiga, embora mantivesse essa prática, não era um país unificado, mas um conjunto de estados-nação de identidades completamente diferentes.

O Império Romano não se diferenciou da Grécia no que tange ao tratamento discriminatório dispensado às pessoas com deficiência, que podiam ser sacrificadas logo ao nascer, sem que houvesse para tal atitude qualquer punição. As que sobreviviam, eram normalmente usadas para fins de prostituição ou em atividades humilhantes de entretenimento alheio. As pessoas com deficiência comumente se encontravam em casas comerciais, tavernas e bordéis; bem como nos circos romanos, para serviços simples e às vezes degradantes (Silva, 1987).

Discorrendo ainda sobre a questão da deficiência na Antiguidade, merece parênteses o caso do Egito, como uma exceção. Ele se diferenciou da Grécia e de Roma no tratamento às pessoas com algum tipo de deficiência. De acordo com os registros que se têm desse período, as pessoas com deficiência não encontravam entraves para se incluir socialmente. Existia um documento chamado *Instruções de Amenemope*, que funcionava como um código de conduta moral para o povo egípcio. Ele determinava que pessoas com deficiência fossem tratadas com respeito e proibia qualquer tipo de ofensa ou deboche (Kozma, 2006). Além disso, as pessoas com deficiência poderiam ser “encontradas em diferentes estratos da sociedade, desde a classe dos faraós, nobres, artesãos, agricultores, até os escravos (Saraiva & Pereira, 2017, p. 171). Os papiros demonstram, ainda, que à época existiam práticas médicas e tratamentos voltados às deficiências (Silva, 1987).

Voltando ao Império Romano, foi em seu contexto que nasceu o Cristianismo, que veio a proporcionar uma guinada em relação à postura diante da deficiência, uma vez que a Igreja passou a pregar a caridade, o amor ao próximo e a solidariedade entre as pessoas, como princípios essenciais de sua doutrina. Assim, a religião cristã não aceitava e contestava as práticas de violência contra as pessoas com deficiência e o desamparo a que eram relegadas. A partir do século IV, foram criadas as primeiras instituições de acolhimento a essa população. No ano de 315 d.C., o Imperador Constantino, influenciado pelo pensamento cristão, publicou uma lei na qual rechaçava a morte de recém-nascidos. Essa lei classificou esse costume de parricídio e ordenou providências para que o Estado colaborasse com a alimentação e o vestuário dos filhos dos casais mais pobres. Constantino fez com que a lei fosse publicada em todas as partes e gravada em bronze (Silva, 1987).

Apesar desse assistencialismo, influenciado principalmente pela teoria cristã, na Idade Média, a noção da deficiência também esteve fortemente atrelada à percepção de castigo e de pecado, e, por isso, essa população continuou a ser discriminada. Maranhão (2005, p. 25) relata que “as ideias que envolviam as pessoas com deficiências eram impregnadas por concepções místicas, mágicas e misteriosas, de baixo padrão”. Difundiu-se também o pensamento de que as deficiências estavam ligadas à esfera do sobrenatural e isso certamente só fez contribuir para a perseguição a essas pessoas. Assim, se a pessoa tinha uma deficiência, a convicção era a de que ela havia sido punida por algum desvio cometido ou estava sendo possuída por maus espíritos. Em uma famosa passagem bíblica, Jesus é questionado sobre qual a razão da cegueira de um homem: afinal, quem haveria pecado?

Pode-se dizer que o Cristianismo, no que tange ao tratamento da deficiência, acabou por adotar duas concepções bastante distintas entre si, pois, embora pregasse a caridade e rechaçasse o abandono, é certo também que acabou por vincular a deficiência às possessões demoníacas e às expiações para os pecados e isso inevitavelmente acabou por reforçar a estigmatização do indivíduo com deficiência. Os hospitais, nesse período, embora admitissem essa população, não tinham como propósito o seu cuidado e bem-estar e assim, eles se tornaram verdadeiros centros de exclusão social. Essas pessoas também passaram a ser internadas nas mais diversas instituições, como manicômios e prisões, ao lado de criminosos, de mendigos, de prostitutas, e de outros grupos que também eram retirados das ruas e condenados à segregação social.

Silva (1987) menciona que nesse período não há notícias de tentativas bem-sucedidas na instalação de entidades voltadas ao atendimento e necessidades específicas das pessoas com deficiência. Eram comuns instituições que abrigavam pessoas com hanseníase, que durante muito tempo foram chamadas por termos vexatórios e marginalizadas em todo o mundo. Assim, pode-se concluir que a finalidade era somente o isolamento, e não qualquer ação terapêutica ou inclusiva. A fracassada tentativa de se prestar alguma assistência às pessoas com deficiência acabou por excluí-las ainda mais.

Traçando uma linha histórica sobre a deficiência, podemos perceber que a mesma esteve, durante séculos, pautada majoritariamente por dois eixos: a discriminação e o assistencialismo (mas sem qualquer caráter inclusivo). A análise da história da deficiência através da genealogia nos permite identificar que a situação de inferioridade da pessoa que a possui não é uma condição que está em sua natureza, tampouco deve ser tida como uma verdade absoluta. Através da genealogia em Foucault é possível “situar os acidentes, os ínfimos desvios, ou, pelo contrário, as

completas inversões, os erros, as falhas de apreciação, os cálculos errôneos que fizeram nascer o que existe” (Foucault, 2005a, p. 29). Assim, podemos compreender como essa conjuntura foi desenhada ao longo dos tempos. As situações de vulnerabilidade social de um determinado grupo não são, via de regra, um problema pontual, elas decorrem de um longo processo histórico de construção de uma subjetividade

Majoritariamente, os discursos que transpassaram a deficiência ao longo da Antiguidade e da Idade Média estiveram impregnados pela ideia de incapacidade, de misticismo, de deboche, e também por um isolamento disfarçado de piedade. Todos esses fatores reunidos consolidaram uma situação de abandono social. O enfrentamento de um contexto exclusão deve ter como ponto de partida a indagação, a identificação e a compreensão dos fatos que culminaram na situação a qual se visa erradicar. Nesse sentido, a pesquisa pelo método genealógico coopera pois ela “pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam” (Foucault, 2005a, p. 24). Além disso, ela nos permite identificar os embates e as novas exegeses que permitiram uma guinada rumo à inclusão. E é isso o que se verá no tópico a seguir.

História da Deficiência: Entre Resistências e os Novos Saberes

Conforme já mencionado, ao longo de muitos séculos, as narrativas e os costumes que penetraram na sociedade projetaram um quadro de vulnerabilidade no que diz respeito à pessoa com deficiência. Mas esse cenário não permaneceu inalterado: as deficiências estiveram restringidas ao terreno exclusivo do sobrenatural até praticamente metade do século XVI, quando alguns pensadores do Renascimento começaram a ter um olhar mais racional para essas questões (Piccolo, 2022). Entre os séculos XV e XVII houve um avanço significativo da Medicina, escorada no Humanismo e na emancipação da sociedade em relação à desinformação e às superstições. É nesse contexto que começam a ser dados os primeiros passos no atendimento adequado às pessoas com deficiência (Saraiva & Pereira, 2017).

No início da Era Moderna, o médico Paracelso (1493-1541) revolucionou a Medicina ao conseguir apontar os elementos químicos que fazem parte do corpo humano, o que era totalmente ignorado pelos saberes que imperavam à época. Além disso, Paracelso passou a desenvolver pesquisas ligadas às pessoas com deficiência, retirando-as do espectro de seres possuídos por espíritos malignos e colocando-as no lugar de pacientes, merecedores de cuidados, terapias e atenção apropriada (Piccolo, 2022). Para Pessotti (1984, p. 20) a pessoa com deficiência “perdia

sua natureza sobrenatural, passando de problema teológico e ético a assunto de interesse médico”. Girolamo Cardano (1501-1576), contemporâneo de Paracelso, também foi figura importante nesse período ao descrever os componentes clínicos da febre tifóide (que à época provocava milhões de mortes), além de colaborar com estudos na área da Educação para pessoas com deficiência auditiva, através de escrita e linguagem de sinais (Piccolo, 2022).

Os questionamentos iniciados por Paracelso e Cardano foram formas de resistência a um poder que era exercido à época; poder esse que era baseado no saber (obviamente sem comprovação científica) de que as pessoas com deficiência estavam possuídas por demônios ou envolvidas em práticas de magia e bruxaria. Esse entendimento reforçou o isolamento forçado apenas com o objetivo de tirar essas pessoas do convívio social, mas sem nenhum caráter terapêutico. Quando o Paracelso e Cardano direcionaram uma nova visão à deficiência, eles criaram uma tensão, romperam com o padrão preestabelecido sobre a matéria e assim, desenvolveram novos conhecimentos e um novo formato de tratamento para pautar a deficiência. Todo esse movimento também foi essencial para se repensar o acolhimento institucional das pessoas com deficiência. Piccollo (2022) menciona que, durante o século XVII, esses espaços começam a ser pensados não com a ideia pura e simples de apartamento social, mas sim com finalidades educacionais e médicas.

Essa provavelmente foi a transição definitiva da deficiência, da seara religiosa e mística para a ótica da ciência, o que representou um verdadeiro salto evolutivo. Essa permeabilidade do assunto à razão foi fundamental também para que se desfizessem, ainda que de forma lenta, os estigmas relacionados ao sobrenatural e também as crenças sem embasamento científico, que diziam respeito ao contágio e a hereditariedade de deficiências. Durante a Revolução Francesa (1789-1799), fortemente amparada pelos ideais iluministas, consolidou-se a mudança de pensamento também em relação à institucionalização, com repúdio total aos abusos e ao isolamento forçado (Piccolo, 2022). É nesse contexto que o médico francês Philippe Pinel (1745-1826) surge como o fundador da Psiquiatria moderna. A exemplo do que fez Nise da Silveira no Brasil da primeira metade do século XX, Pinel inovou nas abordagens, rejeitando métodos violentos e priorizando a humanidade dos internos. Mais uma amostra de um novo saber que nasceu a partir de uma resistência a paradigmas vigentes.

E é na Revolução Francesa que ocorre a proclamação de um documento que se tornaria o seu símbolo e também deixaria um legado de valor inestimável à humanidade: a *Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão* (França, 1789), que logo em seu 1º artigo preconizava que

todos os homens nasciam livres e absolutamente iguais em direitos. Assim, pessoa humana passa a ter como qualidade intrínseca e inata, a dignidade: simplesmente pelo fato de ter nascido humana ela é portadora de um núcleo de direitos intangíveis e também de respeito e proteção por parte do poder estatal. Se todas as pessoas nascem iguais, então está descartada a hipótese de uma desigualdade natural, e isso rechaça de maneira definitiva a deficiência como uma forma de desvantagem que estaria na essência da pessoa que possui.

Ainda na Era Moderna mas já partindo para a Contemporânea, foi com a Revolução Industrial e a expansão do capitalismo, que passou a existir uma preocupação mais profunda com a educação das pessoas com deficiência. Essa educação, em um primeiro momento, tinha por finalidade apenas tornar essa população o mais capacitada possível para fazer parte da mão de obra, produzindo e gerando capital (Mazzotta, 1999). É possível que esse marco histórico tenha suscitado a consciencia de que o trabalho assalariado é a força motriz que impulsiona toda a estrutura econômica: o emprego gera renda, que gera consumo; e é através do consumo que se fomenta a atividade industrial e comercial. Se a população com deficiência passasse a fazer parte do proletariado que recebia remuneração, ela também estaria inserida no mercado consumidor.

É por isso que disseminou-se e ganha cada vez mais força, a lógica de que a exclusão social de uma determinada população, especialmente em setores como educação e trabalho, gera imenso prejuízo ao Estado. Conforme já mencionatdo nesse artigo, no Brasil, as pessoas com deficiência ainda se encontram em posição de defasagem em relação a esses direitos. Por isso, a inclusão, longe de ser um ideal romântico e de constituir uma medida altruísta, deve entrar para os cálculos governamentais a partir da demonstração inequívoca de que a mesma contribui, de forma significativa, para o crescimento econômico de um país. A ausência de formação acadêmica dificulta a entrada no mercado de trabalho. Sem emprego, não há renda e sem renda não há consumo. Esses fatores somados colaboram para o aumento da pobreza, que onera de maneira significativa o Estado, uma vez que haverá reflexos negativos em áreas como a saúde, a assistência social e a segurança pública. A inclusão não é contrária ao capitalismo; é a exclusão que não o favorece.

O que se nota é que os ideais de inclusão nada mais foram (e continuam sendo) do que formas de resistências a um poder exercido e foi a partir dos enfrentamentos a esse poder, que passou a rejeitar-se as convicções prefixadas sobre o assunto; nasceram a partir disso os novos conhecimentos acerca da deficiência: ela definitivamente deixou o âmbito do místico para adentrar na esfera da ciência, seja através da Medicina, do Direito, da Educação ou da Economia.

Não há dúvida de que o movimento de inclusão adentrou no tecido social; atualmente os direitos da pessoa com deficiência são uma pauta importante em nível internacional e nacional. A título de exemplo, cita-se a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, proclamada pela Organização das Nações Unidas em 2007; a Lei Brasileira de Inclusão (nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial elaborada pelo MEC em 2007.

Mas apesar dos avanços, a situação de desvantagem da pessoa com deficiência permanece, conforme nos informam as pesquisas supracitadas. Isso sinaliza que as práticas de discriminação ainda não foram totalmente extintas. Por que isso acontece? A genealogia pode nos dar essa resposta, pois ela “permite reencontrar, sob o aspecto único de uma característica ou de um conceito, a proliferação dos acontecimentos através dos quais eles se formaram” (Foucault, 2005, p. 267). Os séculos de hostilidade direcionados à deficiência deixaram sequelas profundas e todo movimento rumo à inclusão certamente ainda exigirá tempo e grandes esforços sociais, econômicos e governamentais, em nível global.

A análise genealógica nos possibilita visualizar não apenas as causas de uma situação de desequilíbrio, mas também propicia estruturar de maneira mais eficiente a sua confrontação. Para Foucault (2005b, p. 21), “na raiz daquilo que conhecemos e do que somos, não há absolutamente a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente”. O confronto a um cenário de desigualdade começa com a compreensão de suas origens, ou do “acidente”, conforme menciona Foucault. Além disso, inclusão deve ser um valor em seu sentido material, concreto, ressignificado em consonância com os valores presentes, tanto nos aspectos educacionais, clínicos e legais, quanto nos axiomas sociais de alteridade, pluralidade, tolerância e compreensão das diferenças.

METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa e exploratória, de cunho teórico-bibliográfico, cuja finalidade é analisar as construções discursivas e históricas que envolvem a exclusão e a marginalização de pessoas com deficiência, particularmente no que tange às mulheres, à luz da perspectiva foucaultiana. Ao priorizar o discurso como objeto de investigação, compreende-se que o conhecimento é socialmente construído e atravessado por relações de poder, sendo estas essenciais para compreender a constituição de sujeitos e normas sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A investigação genealógica da deficiência à luz do pensamento de Michel Foucault permitiu lançar luz sobre as condições históricas de possibilidade que estruturaram os discursos de exclusão. A análise dos saberes, das práticas e das instituições evidencia que a marginalização da pessoa com deficiência não é um dado natural, mas resultado de construções históricas articuladas por relações de poder e saber que, ao longo do tempo, forjaram uma subjetividade marcada pela anormalidade, incapacidade e periculosidade.

A pesquisa mostrou que, desde as sociedades antigas, a deficiência foi associada à inutilidade, ao pecado e à degeneração. Na Grécia e Roma Antigas, por exemplo, a eliminação de corpos fora da norma era naturalizada como mecanismo de “seleção” e manutenção da perfeição física e moral. Já na Idade Média, ainda que sob o manto da caridade cristã, a deficiência era tratada como punição divina, e o cuidado institucional se confundia com segregação.

A genealogia permite compreender que tais práticas não se deram de forma linear ou evolutiva, mas por meio de rupturas, acidentes e reconfigurações discursivas. Foucault nos alerta que não há uma essência da deficiência, mas múltiplas construções que emergem a partir das disputas discursivas. A institucionalização psiquiátrica e o discurso médico da modernidade exemplificam bem essa lógica: ao mesmo tempo em que retiravam a deficiência do campo do sobrenatural, reinscreviam-na no campo da patologia e do controle técnico do corpo.

Contudo, o estudo também evidenciou os momentos de resistência e inflexão. Personagens como Philippe Pinel e Nise da Silveira simbolizam essas fissuras nos discursos dominantes. Suas práticas não apenas propuseram novas formas de cuidado, mas instauraram saberes alternativos que contribuíram para novas formas de olhar a deficiência — não mais como desvio a ser corrigido, mas como forma legítima de existência.

A genealogia, nesse sentido, revelou-se um instrumento potente para desconstruir o modelo linear de progresso e para denunciar as continuidades e permanências da exclusão social. Apesar dos avanços legais e discursivos no campo da inclusão, os dados atuais (ONU, 2024; IBGE, 2022) apontam que as pessoas com deficiência ainda se encontram em situação de profunda vulnerabilidade socioeconômica. Isso demonstra que os antigos saberes estigmatizantes, embora transformados, ainda reverberam nas práticas sociais e nas estruturas institucionais.

O estudo também discutiu como os saberes modernos — como os da medicina, da educação e do direito — desempenharam um duplo papel: por um lado, contribuíram para o reconhecimento dos direitos da pessoa com deficiência; por outro, serviram como ferramentas de normatização e de exclusão “cientificamente legitimada”. A genealogia, ao destacar esses movimentos, reforça que todo saber carrega consigo um potencial de dominação e, ao mesmo tempo, de resistência.

Finalmente, a análise demonstrou que a inclusão deve ser compreendida não como um favor ou ato assistencialista, mas como um imperativo ético, político e econômico. A genealogia permite perceber que a exclusão é um produto do sistema social e que sua superação exige mais do que políticas pontuais: exige a desconstrução das verdades que sustentaram e ainda sustentam o preconceito e a marginalização.

CONCLUSÃO

Esse artigo teve por objetivo principal analisar a questão da deficiência através do método genealógico desenvolvido por Michel Foucault. O que se pôde assimilar, num primeiro momento, é a diferença entre a arqueologia e a genealogia. Enquanto a primeira foca no estudo do saber, a segunda se concentra na relação entre saber e poder. Aquela faz uma análise histórica contínua e linear, ao tempo em que essa mira a própria descontinuidade e as complexidades que envolvem o elo saber-poder. Saber e poder se unem de forma mútua: o saber produz poder e o poder se faz presente através de um saber.

Ao voltar a atenção para a genealogia *foucaultiana*, buscou-se analisar, sob essa vertente, como a situação de exclusão da pessoa com deficiência foi delineada ao longo do tempo, através dos discursos e da penetração dos mesmos na sociedade, que acabaram por culminar em uma nítida desigualdade. E quando um grupo se encontra em tal situação, não se trata de uma situação meramente pontual, mas de longos períodos de marginalização. Nessa perspectiva, duas importantes conclusões puderam ser observadas a partir da análise genealógica: em primeiro lugar, a desigualdade não é algo que está na essência da deficiência, não se trata de uma verdade absoluta e nem tampouco imutável; e, por último, o contexto de vulnerabilidade social da pessoa com deficiência que se apresenta é resultado das narrativas que, ao longo do tempo, disseminaram estigmas e preconceitos, fazendo com que estes se tornassem práticas reiteradas no meio social. Mas, se nas relações de poder existem as tentativas de coerção, nelas se encontram também as

resistências e as lutas, e, a partir desses movimentos, novos discursos, com novos saberes, foram elaborados e difundidos. E, assim, novos padrões sociais, puderam surgir. Da exclusão rumou-se para a inclusão e do obscurantismo rumou-se para a ciência.

Através da genealogia *foucaultiana* pode-se ter a real compreensão dos acidentes e das falhas que atravessaram a história da deficiência, sendo isso de primordial importância para a guinada inclusiva, uma vez que o enfrentamento de um problema objetivando a sua solução deve sempre começar pelo entendimento de suas origens. E essa origem, nada mais é do que os “acidentes” conforme asseverou Foucault. É certo que ainda podemos identificar em determinados discursos, fragmentos de estigmas antes direcionados com mais força às pessoas com deficiência. Por isso, é necessário estar sempre vigilante com a não linearidade da evolução histórica desse tema. Provavelmente, os descaminhos sempre existirão; mas junto com eles evidentemente também virão os confrontos com o fim de desconstruir determinadas narrativas. E esse entendimento certamente é a grande contribuição que nos presta a genealogia em Michel Foucault.

REFERÊNCIAS

- Araújo, I. L. (2007). Formação discursiva como conceito-chave para a arqueologia do saber. In R. L. Baronas (Org.), *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva* (pp. xx-xx). Pedro & João Editores.
- Arbex, D. (2013). *Holocausto brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil*. Geração Editorial.
- Aristóteles. (2002). *Política* (T. Guimarães, Trad.). Martin Claret.
- Begalli, A. S. M., & Silveira, C. R. da. (2020). O nascimento do Museu de Imagens do Inconsciente: memória, educação e inclusão na psiquiatria do Brasil. *Revista da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso*, 33(1), 15–28.
- Begalli, A. S. M., & Silveira, C. R. da. (2019). A inclusão da pessoa com deficiência na educação brasileira: uma visão biopolítica. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*, 35(Esp.), 1–15.
- Dreyfus, H. L., & Rabinow, P. (s.d.). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (V. P. Carrero, Trad.). Forense Universitária.
- Eizirik, M. F. (2006). Poder, saber e práticas sociais. *PSICO*, 37(1), 23–29.
- Engel, M. G. (2001). *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Fiocruz.

- Fisher, R. M. B. (2001). Foucault e análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, 114, 197–223.
- Foucault, M. (2012). *Arqueologia do saber* (8ª ed., L. F. B. Neves, Trad.). Forense Universitária.
- Foucault, M. (2005). *Microfísica do poder* (21ª ed., R. Machado, Trad.). Graal.
- Foucault, M. (2005). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)* (M. E. Galvão, Trad.). Martins Fontes.
- Foucault, M. (2001). *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)* (E. Brandão, Trad.). Martins Fontes.
- Foucault, M. (2009). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (R. Ramalhete, Trad.). Vozes.
- Homero. (1998). *Ilíada* (19ª ed., C. A. Nunes, Trad.). Melhoramentos.
- Kozma, C. (2006). Dwarfs in ancient Egypt. *American Journal of Medical Genetics*, 140, 303–311. <https://doi.org/10.xxxx/ajmg.2006.xxxx>
- Maranhão, R. O. (2005). O portador de deficiência e o direito do trabalho. *LTR*.
- Mazzotta, M. J. S. (1999). *Educação especial no Brasil* (2ª ed.). Cortez.
- Pacheco, K. M. B., & Alves, V. L. R. (2007). A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. *Acta Fisiátrica*, 14(4), 242–248.
- Pessotti, I. (1984). *Deficiência mental: da superstição à ciência*. Edusp.
- Piccolo, G. M. (2022). O lugar da pessoa com deficiência na história: uma narrativa ao avesso da lógica ordinária. *Appris*.
- Platão. (2001). *A república* (P. Nasseti, Trad.). Martin Claret.
- Saraiva, J. M., & Pereira, J. A. (2017). Trajetória histórico-social da população deficiente: da exclusão à inclusão social. *SER Social*, 19(40), 168–185.
- Sawaia, B. (1999). Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. xx–xx). Vozes.
- Schmidt, M. (2001). *Nova História Crítica*. Nova Geração.
- Silva, O. M. da. (1987). *Epopeia ignorada: a História da pessoa deficiente no mundo de ontem e de hoje*. Martins Fontes.
- Teixeira, M. O. L. (2019). Pinel e o nascimento do alienismo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(2), 540–560.
- Organização das Nações Unidas. (2024). *Disability and Development Report 2024*. Department

of Economic and Social Affairs (UNDESA).